

REDE JUBILEU SUL/BRASIL

Auditoria Cidadã da Dívida



Número 4 - Setembro de 2007

AUDITORIA OFICIAL DA DÍVIDA EQUATORIANA

Depois de 6 anos lutando para que a dívida seja auditada, a Campanha “Auditoria Cidadã da Dívida” obteve sucesso, apesar de que em outro país: dia 23 de julho de 2007, o governo do Equador criou a “Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público”. Esta Comissão conta com quatro representantes do governo equatoriano, doze representantes de organizações sociais nacionais e seis representantes de organizações internacionais, dentre estas a Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil. A Comissão buscará identificar as ilegitimidades do endividamento, para então justificar o não pagamento desta dívida e a devolução dos recursos pagos indevidamente. A auditoria também identificará os impactos perversos da dívida sobre as condições sociais e ambientais do Equador, uma vez que, assim como no Brasil, o endividamento provocou miséria, fome, desigualdades sociais e depredação ambiental.

É fundamental que as entidades da sociedade civil brasileira se manifestem em apoio a esta importante iniciativa do Presidente Rafael Correa, que pode se tornar uma referência a ser seguida por todos os demais países “endividados”.



Membros da Comissão de Auditoria tomam posse ao lado do presidente do Equador, Rafael Correa

Foto extraída da página: <http://www.ciudadaniainformada.com/noticias-ecuador.php?id=5618>

Íntegra do Decreto Presidencial de criação da Comissão de Auditoria se encontra disponível na página www.divida-auditoriacidadada.org.br

Auditoria Oficial no Equador: grande exemplo para o Brasil

De janeiro até 20 de agosto de 2007, o Governo Federal do Brasil já gastou R\$149 bilhões em juros e amortizações das dívidas externa e interna, enquanto apenas gastou R\$23 bilhões com saúde, R\$10 bilhões com educação e menos de R\$1 bilhão com Reforma Agrária. Apesar disto, as dívidas interna e externa continuam explodindo.

O caos na saúde, a falta de reforma agrária, a privatização dos direitos sociais básicos são apenas exemplos de como a dívida compromete os direitos humanos no país. Porém, ao invés de auditar esta questionável dívida, o governo brasileiro prefere continuar pagando religiosamente seus juros e amortizações.

Auditando sua dívida, o Equador, um país muito menor que o Brasil, demonstra coragem e força muito superior à do governo brasileiro, ao ousar desafiar o capital internacional, ao invés de se manter submisso às imposições dos emprestadores.

Oficina “Resistência e Alternativas à Dívida Ilegítima”

Por Gabriel Strautman¹

Representantes da Rede Jubileu Sul da América do Sul e do Caribe realizaram em Quito, Equador, entre os dias 19 e 20 de agosto, uma oficina de trabalho que teve como objetivo avançar na sistematização de critérios que ajudarão a identificar os casos de ilegitimidade da dívida externa e interna dos países da região. O clima de esperança que vive o Equador desde que o governo do Presidente Rafael Correa determinou a instalação de uma comissão oficial de auditoria da dívida foi o principal combustível para os trabalhos.

A oficina teve como ponto de partida a apresentação de estudos de casos que revelaram a maneira específica pela qual cada país entende a dívida como ilegítima e as metodologias utilizadas em cada caso para demonstrar o conceito de ilegitimidade. A expectativa é de que a partir do avanço nas discussões sobre critérios e metodologias para demonstração da ilegitimidade das dívidas interna e externa, se possa avançar também no desenvolvimento de indicadores que ajudem a revelar a dívida como instrumento de opressão e de saque aos povos do sul.

A avaliação é de que este trabalho permitiu trazer para uma escala mais prática a discussão sobre o conceito de dívida ilegítima, o que se faz necessário tendo em vista a urgência imposta pelas necessidades e desafios enfrentados pela comissão de auditoria equatoriana.

Como não poderia deixar de ser, a maior parte dos debates tiveram como foco a auditoria oficial realizada pelo governo do Equador. A partir das discussões foi possível evidenciar alguns dos desafios enfrentados por este processo, relacionados a divergências de ordem metodológica e, sobretudo, ao cenário político hostil criado a partir das reações dos setores ligados aos interesses afetados pela auditoria.



**nos mobilizaremos
en todo el mundo para exigir:**

- * auditorías integrales de las deudas y de las IFIs
- * repudio y anulación inmediata de todas las deudas multilaterales o ilegítimas
- * transparencia y control ciudadano en los procesos de anulación
- * fin al uso del endeudamiento para imponer condiciones y políticas neoliberales
- * generación de alternativas autónomas y soberanas de financiamiento

14 al 21 de octubre de 2007

SUMATE Y PARTICIPA

informaciones y adhesiones:
semanadeuda@gmail.com
www.debtweek.org

No entanto, houve consenso entre os participantes do evento de que a oportunidade de acompanhar o processo de perto, observando todos os seus desafios, representou um enorme privilégio para todos os que fizeram parte dos trabalhos. Os membros da Rede Jubileu Sul comprometeram-se a deixar Quito com a missão de levar aos seus países os informes sobre o caso equatoriano e de criar uma mobilização que favoreça a adoção pelos mesmos da mesma postura corajosa do Equador, começando pela Semana de Ação Global Contra a Dívida, entre os dias 14 a 21 do próximo mês de Outubro.

¹ Gabriel Strautman é economista do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Seguridade Social: Direitos Sociais básicos antes da dívida

Por Pe. Bernardo Lestienne²

Em março, o presidente Lula instalou o “Fórum Nacional de Previdência Social” para formular propostas para um projeto de Reforma da Previdência. O Fórum tripartite (governo, empregadores, sindicatos) não é representativo do conjunto da sociedade. Faltam representantes de setores importantes.

O Fórum está ameaçado de ficar nas mãos dos conservadores, que se beneficiam do apoio da mídia. É necessário que se abra um amplo debate a partir do relatório que será entregue ao Presidente. Trata-se não só de defender os direitos sociais já conquistados na Constituição, senão de estendê-los a todos os cidadãos.

A reforma em preparação é crucial. Diz respeito a mais de 100 milhões de brasileiros/as. Os direitos sociais básicos são indispensáveis e permitem manter a vida. Entre os principais direitos sociais básicos se destacam a moradia, a alimentação, a segurança, a educação e o trabalho. É uma obrigação do Estado e de toda a sociedade – de todos nós também – de proteger a vida de todos os cidadãos.

No entanto, há deputados e senadores que acham que a proteção social é cara demais para o país. Invocam o “déficit” da Previdência Social. Porta-voz deles, a mídia diz que a Previdência é “rombo, ralo e roubo”. Falar de “déficit” é falso. Muitos estudos mostram que se cada um (as empresas e o próprio Estado) pagasse o que deve, não haveria aquele “buraco”, fruto de preconceitos contra os mais necessitados.

A Previdência é o melhor instrumento para lutar contra a pobreza. O sistema de Seguridade Social (Previdência, Sistema Único de Saúde e Assistência Social) inscrito na Constituição de 1988 representa um avanço para proteger os mais pobres e assegurar

a todos os direitos sociais básicos para viver.

Tudo isso representa uma grande conquista que deve ser defendida. É a entrada na modernidade social. Querer reduzir a proteção mínima para todos é uma expressão de subdesenvolvimento moral, de ego-

ísmo social, indigno de parte de um país que tem amplos recursos que podem ser melhor distribuídos. A Seguridade Social é a forma mais avançada de solidariedade social. Voltar atrás ou recusar a avançar é entregar o país a uma maior desigualdade e à violência.

Existe uma motivação oculta no projeto de redução da Seguridade Social: é de usar os recursos disponíveis (por poucos que sejam) para pagar o “déficit do Estado”, a sua imensa e crescente dívida. A campanha Jubileu escolheu um magnífico lema: “a vida antes da dívida”. Este pode ser completado com o seguinte: “os direitos sociais básicos para todos antes da dívida”.

A reforma que a Previdência merece não é o corte dos recursos, mas ao contrário: uma maior universalização dos direitos. A Previdência traz uma grande contribuição no sentido da igualdade e da justiça social. O país tem os recursos para que essa generalização aconteça daqui a 20 ou 30 anos. É preciso estabelecer metas e escolher os meios para alcançá-las. Imprimir uma política social básica para todos é um penhor para a paz.



Adquira:
CARTILHA SOBRE
ACESSO AOS DIREITOS

Pedidos:
jubileubrasil@terra.com.br
(0xx11) 3112 1524



TODOS OS DIREITOS
BÁSICOS PARA TODAS
AS PESSOAS
Como acessar direitos



Comitê Brasileiro Justiça e Paz
Programa Justiça Econômica
Instituto Justiça Global
Grupo dos Estudantes Continentais
CIBR

² Pe. Bernardo Lestienne é membro do IBRADES e da CNBB.

Agroenergia: Mitos e Impactos

Por Maria Luisa Mendonça³ e Marluce Melo⁴

O Brasil é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera. Isso ocorre principalmente em consequência da destruição da Amazônia, que representa 80% das emissões de carbono no país. A expansão de monocultivos para a produção de agroenergia tende a aprofundar este problema, colocando uma pressão cada vez maior na fronteira agrícola da Amazônia e do cerrado.



fonte: www.ppt.wikipedia.org/wiki/Cana-de-a%C3%A7%C3%BAcar

As atuais políticas energéticas são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder. Uma mudança nos padrões de consumo é imprescindível, pois nenhuma fonte alternativa de energia seria capaz de suprir a atual demanda. O primeiro passo deveria ser o investimento massivo em transporte público, além de políticas de economia de energia, e da implementação de uma diversidade de fontes verdadeiramente renováveis.

O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes. No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, seu cultivo e processamento poluem o ar, o solo e as fontes de água potável. No caso da produção de diesel a partir da soja, sua expansão tem causado enorme devastação ambiental

A grilagem de terras começa com o desmatamento, depois vem o gado, a soja e atualmente este ciclo se

completa com a cana. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Estudos do Ministério do Trabalho estimam que 1.383 canavieiros morreram no estado de São Paulo entre 2002 e 2006. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes no precário transporte para as usinas, em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas.

Há várias décadas, nosso país se submete à sangria financeira causada pelo mecanismo da dívida, que permite a exportação de capital em detrimento da garantia de direitos básicos. Atualmente, a produção extensiva de agrocombustíveis coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega-empresários como George Soros e Bill Gates.

Organizações sociais em todo o país ampliam as denúncias sobre os efeitos destrutivos do modelo agrícola baseado no monocultivo. A superação deste modelo passa pela realização de uma reforma agrária ampla, que elimine o latifúndio. É preciso garantir políticas de subsídios



fonte www.cana.cnpm.embrapa

os para a produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. Não podemos manter os tanques cheios às custas de barrigas vazias.

³ Maria Luisa Mendonça é coordenadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

⁴ Marluce Melo é coordenadora da Comissão Pastoral da Terra – Nordeste

Publicação bimestral do Jubileu Sul/Brasil e Auditoria Cidadã da Dívida:

REDE JUBILEU SUL/BRASIL

Rua Abolição, 227 - 2º andar - Bairro Bela Vista
São Paulo – SP - CEP 01319-010

Fone: (11) 3112-1524 / Fax: (11) 3105 9702

www.jubileubrasil.org.br / jubileubrasil@terra.com.br

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

SCS Supercenter Venâncio 2000, Bloco B-50, sala 417
Brasília – DF - CEP

Fone: (61) 8147-1196

www.divida-auditoriacidada.org.br / auditoriacidada@unafisco.org.br

Colaboração no editorial de: Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila

Apoio: **CAFOD** – Programa Justiça Econômica
just one world

Manos Unidas

Tiragem:
10.000 exemplares